



CARTA PÚBLICA AOS MÉDICOS BRASILEIROS SOBRE O PROVIMENTO MÉDICO NO BRASIL

Prezados Médicos,

Na oportunidade, é um imenso prazer poder dividir com todos os médicos brasileiros informações sobre o provimento médico no Brasil, especialmente para as Regiões com maior carência de profissionais, como o meu Estado do Pará. É um tema importante e controverso para a nossa categoria, que exige de nós, médicos, toda atenção, respeito e responsabilidade.

Primeiramente, informo que a minha intenção na matéria que publiquei no site do meu partido (PTB)¹ não foi de macular a atuação dos médicos com CRM, pois, também sou médico, antes mesmo de atuar como político, e tenho 29 anos de profissão. Ainda, quando Deputado Estadual, atuei mais intensamente como especialista nos municípios e nas UBS do meu Estado.

Entretanto, as informações sobre os colegas que não se sujeitaram a participar do combate à Covid-19 são públicas: no dia 19 de maio, completaram-se 67 dias que o Ministério da Saúde lançou o Edital nº 5, de 12 de março de 2020, para contratação exclusiva de profissionais com CRM, disponibilizando **5.811 vagas para levar médicos para regiões onde há escassez ou ausência desses**. Porém, pouco mais de 50% das vagas foram ocupadas e o Ministério estendeu o edital até meados de junho, reabrindo, inclusive, oportunidade para os que já participaram das chamadas anteriores.

Para a terceira chamada, **realizada em 15/05, havia 2.265 vagas e apenas 542 profissionais alocados**. Estas informações são do e-SIC da Secretaria de Atenção Primária do Ministério da Saúde, fornecidas pelo Diretor do Departamento de Saúde da Família, conforme documento com protocolo 25820002832202090 do dia 07 de maio de 2020.

Fazendo uma conta simples, onde cada médico deve compor uma Equipe de Saúde da Família e cada equipe deve atender o máximo de 4.000 habitantes (PORTARIA No 2.355/2020)², mais de 9 milhões de brasileiros já estão sem atendimento ou estão sobrecarregando outros serviços que já

¹ <http://www.ptbnacamara.com.br/index.php/blog/2020/05/eduardo-defende-revalidacao-emergencial-de-diplomas-de-medicos-formados-no-exterior>

² <http://www.site.mppr.mp.br/pagina-35.html>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

sofrem com a demanda pela epidemia da Dengue (doença sazonal), de outras doenças que não deixaram de existir e acrescidos dos atendimentos originados pela pandemia da SARS2-Covid 19. Impossível não pensar em colapso no SUS. Estamos falando de milhares de pessoas desassistidas e sem direito de acesso à saúde, pois as Unidades Básicas são a porta de entrada de nosso Sistema Único de Saúde.

Além disso, foi cerceado o direito dos médicos formados no exterior de participarem, mesmo que voluntariamente, na **Ação Estratégica "O Brasil Conta Comigo - Profissionais da Saúde"** (Portaria nº 639/2020). Não foi possível o cadastro de formados no exterior, pois, para realização da inscrição, é obrigatório informar o registro junto ao Conselho de Classe. Entretanto, foram chamados para participar assistentes sociais, biólogos, profissionais de educação física, biomedicina, farmácia, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, farmacêuticos, médicos, veterinários, nutricionistas, psicólogos, enfermeiros, odontólogos e técnicos em radiologia, os profissionais que aderiram à ação estratégica participaram de uma capacitação à distância de 40 horas para atuar no combate à Covid-19. Edital também com baixa adesão.

Tendo em vista a pouca efetividade das medidas anteriores, também foi editada a MPV 934/2020, que autoriza as instituições de ensino a abreviarem a duração dos cursos de Medicina, Farmácia, Enfermagem e Fisioterapia, cumpridas as condições previstas, para que esses profissionais recém-formados pudessem contribuir no combate à Covid-19. Mais uma estratégia com baixa resolutividade para a necessidade de provimento médico no Brasil, diante da pandemia.

E, na data de ontem (30/05), a realidade que enfrentamos é de um Brasil que ocupa o 2º lugar no mundo em números de casos de contaminação por coronavírus, e o 4º lugar em mortes no mundo.

Também na data de hoje, como médico e representante do povo, lamento e me solidarizo com as famílias enlutadas, pois o país totaliza 28.834 pessoas que perderam suas vidas em razão da Covid-19. Entre essas pessoas, mais de 290 eram profissionais da saúde, que se dedicaram de forma incansável para salvar vidas.

Sinto-me lisonjeado em poder dividir com todos as responsabilidades dessas informações, que são tão caras à população brasileira, pois não só das volumosas cifras de recursos vivem as políticas públicas em nosso país, mas sim da compreensão das estratégias adotadas e, principalmente, da correção de rumos necessária para esse momento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Então, reafirmo, esses 497 profissionais formados no exterior, que se disponibilizaram a vir para o Pará trabalhar no combate à Covid-19, são, sim, heróis, e, no momento, enfrentam a insegurança jurídica e as dificuldades financeiras pelo desemprego, pois o Estado Brasileiro está usurpando o direito deles de fazerem o Exame Nacional do Revalida desde 2017. Negando o direito de fazer uma prova para exercer a sua profissão de forma legal e digna no país.

Esses médicos não pediram ou pedem, em nenhum momento, facilidades, só querem participar dos programas de provimento médico da saúde pública, conforme previsto na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do Programa Mais Médicos, legislação vigente no país, e também poder prestar o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos, direito assegurado no art. 48, § 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1999) e pela Lei 13.959, de 18 de dezembro de 2019, que o Congresso Nacional aprovou no ano passado. E está lhes sendo negado tudo, não só a revalidação de seus diplomas, mas também o direito de poderem trabalhar no combate à Covid-19.

Nós, pessoas públicas e médicos, que atuamos no Sistema de Saúde Pública, também somos corresponsáveis pela construção das soluções para a saúde pública em nosso país. Especialmente nesse momento de urgência internacional e nacional da saúde pública, somos conclamados a estar à frente desse desafio e atuar em prol de alternativas e soluções para a situação.

As dificuldades enfrentadas hoje no Estado do Pará já eram previsíveis desde 2019, quando discutimos no Congresso Nacional a MPV 890/2019, de criação do Programa Médicos pelo Brasil. Os Deputados e Senadores dos Estados mais prejudicados lutaram bravamente para que não chegássemos à realidade que hoje estamos enfrentando, de forma mais severa agora, com a pandemia.

Nesta oportunidade, aproveito também para compartilhar com todos alguns dados importantes, que, desde que assumi o cargo eletivo de Deputado Federal, venho acompanhando pari-passu, em Brasília:

1. Demografia Médica no Brasil

O parâmetro ideal da atenção à saúde, segundo a OMS, é de um médico para cada 1000 habitantes (1/1000hab). A Demografia Médica no Brasil – 2018 mostra que, na Região Norte, a média de médicos por habitantes é de 1,16%, nas capitais 2,73% e no interior 0,47%.

No Pará, a proporção média é de 0,97%, um total de 8.090 médicos no Estado, distribuídos entre a capital, à proporção de 3,9% (5.635 médicos), e o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

interior, à proporção de 0,36% (2.455 médicos), dados publicados pela Associação de Médicos Brasileira (AMB)³.

Além dos dados relacionados ao quantitativo de provimento médico, outra informação que me chamou atenção foi o quantitativo de médicos especialistas em saúde da família, 1,4% do total de médicos no país, ou seja, 5.486 profissionais para dar conta da atenção primária básica no país.

2. Atenção Básica no Estado do Pará

Considerando a cobertura da atenção básica do Estado do Pará, de acordo com as informações do Sistema e-Gestorab da Nota Técnica que me foi encaminhada pelo Ministério da Saúde na data de 04 de setembro de 2019 (em anexo), o Pará, para atender a sua população, precisaria ter implantado 4.151 Equipes de Saúde da Família (ESF), mas tem apenas credenciadas 1.161 equipes (ESF), e, em operação, 1.504 equipes (ESF), com um percentual de cobertura de 57,96%. Os dados atualizados podem ser conferidos no sistema e-Gestorab online⁴.

Poderia, também, levantar inúmeros outros questionamentos com relação ao provimento médico no Brasil, que também fazem parte desse cenário da nossa saúde pública e para os quais não temos soluções efetivas, principalmente nesse momento de pandemia, em que convivemos com o colapso da saúde no Brasil e no mundo.

Nesse sentido, também ressalto a questão da ausência de um salário base para os profissionais médicos, similar aos dos professores. Hoje no sistema de saúde não há um teto nacional a ser seguido. Estou estudando essa matéria, mesmo sendo uma prerrogativa privativa do Poder Executivo legislar sobre isso.

Na minha compreensão, essa questão também corrobora com as dificuldades dos colegas médicos que atuam no sistema público de saúde, deixando-os fragilizados nas negociações individuais com os gestores dos sistemas de saúde, que, em muitas das vezes, não recebem as suas remunerações conforme acordadas.

Todas essas informações que compartilho com vocês me indignam profundamente, como médico e como político que atuou e vivenciou o que hoje defendo como uma das causas mais importantes do meu mandato.

³ <https://amb.org.br/wp-content/uploads/2018/03/DEMOGRAFIA-M%C3%89DICA.pdf>.

⁴ <https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acessoPublico/relatorios/relHistoricoCobertura.xhtml>.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Hoje sou um representante do povo paraense no Congresso Nacional. De acordo com as prerrogativas constitucionais contidas no art. 45 da Constituição Federal, os Deputados Federais são representantes do povo na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional. O representante do povo é aquele que defende os direitos e interesses do povo, agindo em seu nome e buscando cumprir os interesses públicos.

Das minhas responsabilidades, a mais significativa para mim é a de fazer o uso da fala para debater e tornar públicas as inconformidades das políticas públicas do Brasil, seja em meus discursos em plenário, nas comissões ou nas redes sociais, como fiz na página do PTB na internet e republicuei nas minhas redes sociais, para que a população brasileira esteja ciente do meu trabalho como seu representante.

Desta forma, caros colegas médicos, eu estou à disposição para juntos encontrarmos soluções para a saúde pública em nosso país. Conte com o meu mandato de Deputado Federal, pois estarei sempre de portas abertas a apoiar a todos na busca de soluções para a saúde pública da população brasileira.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita em azul, com uma grande letra 'E' inicial e o nome 'Eduardo Costa' escrito de forma cursiva.

Deputado EDUARDO COSTA